CONCEPÇÕES DE TEXTO E SUAS IMPLICAÇÕES METODOLÓGICAS
Um percurso exploratório

Ana Zandwais
UFRGS

Pensar o modo de produção da escrita de diferentes teorias que tomam como referente o mesmo objeto – o texto – parece ser uma tarefa utópica, tanto para o lingüista como para o analista de discurso, já que, por mais que se busque delimitar os procedimentos de formalização que distinguem uma teoria de outra, não são eles que determinam os princípios através dos quais as teorias respondem a "exigências de ordem externa" a fim de adquirirem uma certa especificidade epistemológica. Por outro lado, se os procedimentos de formalização analítica constituem, de certa forma, a materialidade do campo prático de uma teoria, talvez possamos, em termos de contraponto, refletir, ainda que de modo provisório, sobre determinadas materialidades teórico-práticas destas teorias, a fim de esboçarmos algumas regularidades que definem seus campos de abrangência.

Cabe observar, do mesmo modo, que se existe uma relação entre sujeito, língua, sociedade, enquanto um fato partilhado entre lingüistas, há que se enfatizar também que as "modalidades de partilha" do que está implicado nessa relação são distintas. Eis porque nos propomos a configurar concepções de textualidade a partir de diferentes correntes teóricas, ou seja, nos âmbitos da Lingüística do Texto, da Teoria da Enunciação e da Análise do Discurso. Ao buscarmos as especificidades de funcionamento dessas correntes, por outro lado, estaremos observando seus pontos de contato e de distanciamento em termos de procedimentos analíticos.

Iniciemos, então, esta reflexão pela ótica de lingüistas do texto como Ingedore Koch e Leonor Fávero (1983), para as quais os estudos lingüísticos que abarcam o objeto texto como uma nova vertente de investigação, começam a desenvolver-se na década de 60, na Europa, e, tardiamente, no início da década de 80, no Brasil, sendo designados, de modos distintos, com base nos aportes teóricos a partir dos quais se desenvolvem: a) Teoria do Texto (S. Schmidt:1977), b) Gramática Textual (Van Dijk:1977), Análise do Discurso (Harris: 1963).

É importante ressaltar, sobre o contexto de institucionalização dos estudos do texto, algumas questões que entendemos fundamentais.

Se a década de 60 apresenta-se, no contexto europeu, como um marco histórico que descola a Lingüística dos estudos das estruturas oracionais, debruçados sobre suas funções sintáticas e seus conteúdos proposicionais, na medida em esta ciência elege um outro objeto a ser estudado, poder-se-ia pensar que os fundamentos da Lingüística do Texto rompem com determinados pressupostos "clássicos" de uma lingüística cartesiana ou da lógica formal?

A especificidade do novo objeto pode ser atestada, conforme Halliday e Hassan (1976), pelo funcionamento de suas relações de interdependência semântica, apresentadas como

relações predominantemente endofóricas, ou ainda, conforme Charolles (1988), pelo enfoque pragmático, a partir do qual podem ser investigadas as condições de boa/malformação dos textos, em termos de suas relações de progressão, não-contradição[1] e relações com o contexto de produção.

Uma outra questão, de fundamental importância, segundo nosso ponto de vista, diz respeito às relações a serem estabelecidas entre o texto e os modos como a subjetividade e os sentidos podem ser nele apreendidos a partir dos princípios teóricos que determinam como se dá a articulação sujeito/objeto. Pressupõe-se, via de regra, que a exterioridade é constitutiva do objeto lingüístico e acaba por determinar as "nuances" que este assume. Por outro lado, é preciso analisar como a exterioridade atua na configuração do objeto texto.

Com base no exposto acima, cabem ainda os seguintes questionamentos: Quais as implicações objetivas do que afirmamos para tratar de diferentes definições de texto? Como pressupostos teóricos podem determinar as formas de inscrição da subjetividade e as condições de funcionamento dos sentidos no texto?

Consideremos, então, inicialmente a questão pela análise de uma concepção de texto tomada da Lingüística Textual: a concepção proposta por M A.K. Halliday e Ruqaiya Hasan (1976), que, segundo nosso ponto de vista, reúne conceitos clássicos tomados por inúmeros lingüistas para desenvolver estudos textuais.[2]

A expressão texto, segundo os autores, é usada nos domínios da Lingüística para referir-se a "qualquer passagem oral ou escrita, tomada como uma unidade, não importando a extensão."(1976:1) Deste modo, os autores definem o objeto texto como uma "unidade da língua em uso", mas não formal e sim semântica. O que caracteriza a condição de tessitura de um texto, para Halliday e Hasan (1976:2) são as relações coesivas ou de co-referencialidade atribuídas a diferentes itens (lexicais, gramaticais) ou ainda às relações de repetição. A coesão, como princípio de identidade de um texto, portanto, pode ser caracterizada pela necessidade permanente que um termo possui em relação ao outro para que possa ser interpretado.

Essa relação de dependência, por outro lado, se estabelece na linearidade espacial do texto, em relação aos itens que precedem ou sucedem um ou outro item lexical, de tal forma que a necessidade de conceituar o texto como um objeto, cujas relações de interdependência sintático-semânticas são produzidas numa perspectiva de linearidade interna ao próprio objeto (anáforas, catáforas, definitivações, substituições elipses, etc..) torna-se uma característica dominante do que se pode definir como o próprio objeto de investigação da Lingüística Textual.

---

[1] Salientamos que, para fins de sustentação das condições de formação textual, Charolles (1988:45) trata a contradição sob um enfoque aristotélico; isto é, como uma categoria negativa que engendra falhas lógico-semânticas no texto, devendo, portanto, ser objeto de expurgo deste.

[2] Reportamo-nos aos estudos desenvolvidos por R, Beaugrande, R, W.Dressler (1981), M. Charolles (1988), Maria H. Mira Mateus, Isabel H. Faria (1983), Ingedore Koch (1989).

Com relação à intervenção da exterioridade, designada “situação”, para reportar-se ao contexto situacional no qual o texto se insere, Halliday e Hasan (1976:22) propõem a adoção de três categorias extralingüísticas a fim de descrever como o contexto situacional determina diferentes modos de significação, expressos no texto. São elas: a) a noção de campo, que representa o “acontecimento” como um todo, dentro do qual o texto funciona, juntamente com o propósito do falante/escritor e a questão temática que trata do universo de referência selecionado; b) a noção de modo, vista como uma função do texto no evento, incluindo o canal de linguagem (oral, escrito, espontâneo, elaborado) e o tipo de gênero discursivo (narrativo, didático, persuasivo, etc..); c) a noção de interacionismo, de caráter geral, que faz referência ao “tipo de papel de interação e ao conjunto de aspectos de relações sociais relevantes, permanentes ou temporárias, entre os participantes envolvidos.” (1976:22)

De acordo com os autores, são tais categorias extralingüísticas que possibilitam caracterizar as “propriedades” de um texto em situação.

Cabe, por outro lado, com base em uma reflexão acerca da concepção de texto e das categorias funcionais adotadas, tecer algumas considerações em torno de aspectos positivos e reducionistas da teoria de Halliday e Hasan (1976).

Não há como negar que os estudos do Texto, sobretudo as reflexões de Halliday e Hasan, trazem importantes contribuições para a Lingüística, especialmente no que se refere ao funcionamento dos itens lexicais e gramaticais como elementos de articulação semântica do texto. Poder-se-ia dizer, assim, que estes autores fornecem a “matéria prima” para deslocar, do texto, a centralidade de uma sintaxe de base formal. Por outro lado, há que se observar também que a necessidade de conceituar o objeto texto, a partir da interdependência sintático- semântica pautada, sobretudo, por uma relação de linearidade interna (endofórica) e que aponta para os limites, para a divisão com o que é externo (exofórico) – objeto de estudo da pragmática – vem separar, claramente, o que é semântico e o que é pragmático, de tal modo que tudo que remete ao último componente torna-se uma “categoria funcional” agregada ao texto. Deste modo, a tendência de compartimentar, analiticamente, o objeto de estudo em microestruturas, relações de coerência interna , macroestruturas, relações de coerência externa, funções semânticas e funções pragmáticas aponta, em última instância, para uma necessidade de divisão entre o que é da língua e o que escapa ao alcance da estrutura, precisando, assim, ser controlado para que não venha a ocupar o lugar “hegemônico” da matéria lingüística; isto é, do que é empiricamente descritível, em termos de funcionamento, no interior do próprio texto. Pode-se tirar, portanto, desta concepção de textualidade uma outra conseqüência: se o componente pragmático funciona, no interior de uma teoria do Texto como um componente agregado, ou seja, acrescenta ao domínio semântico aquilo de que ele necessita para significar, a modalidade de inscrição da subjetividade no texto acaba por se apresentar como algo ambíguo, já que, sendo externa à textualidade, precisa ser “atestada” por meio do funcionamento de marcas formais que caracterizam, em última instância, sua existência objetiva no processo de escrita do texto. É por tais razões que determinadas noções propostas por Halliday e Hasan (1976:22) tais como propósito do escritor, modalidade de interação, gênero de texto, contexto situacional vêm preencher lacunas que visam a caracterizar as formas através das quais o sujeito é apresentado pela textualização.

Se nos reportarmos, por outro lado, aos pressupostos da Teoria da Enunciação, é preciso que constatemos, em primeiro lugar, que, de uma perspectiva cronológica, os estudos enunciativos são notadamente anteriores aos pressupostos da Lingüística do Texto, uma vez que podemos caracterizar a emergência de concepções enunciativas já no final do sec. XIX, isto é, em 1897[3], com a publicação de "Ensaio de Semântica: ciência das significações" (1992), por Michel Bréal, obra na qual o autor trata da linguagem como objeto de permanentes transformações, da intervenção do sujeito, e cuja "essência" somente pode ser apreendida, não por uma oposição entre objeto e sujeito, mas pela condição constitutiva que a subjetividade representa para a linguagem. Para Bréal, deste modo, o elemento subjetivo, sendo a "alma" da linguagem, não há como opor subjetividade/objetividade à moda saussureana, já que todo processo de objetivação do sentido está permeado pela subjetividade do sujeito, predominantemente configurada como desejo, vontade, ação deste sobre a linguagem. Desde esta ótica, segundo Bréal (1992:161) "o homem ao falar está longe de considerar o mundo como observador desinteressado", ele é, ao mesmo tempo, ator e espectador de sua fala e dos efeitos produzidos por esta, sendo que a língua, enquanto meio, constitui-se em um dispositivo formal que permite apreender as diferentes modalidades de inscrição do sujeito em seus próprios enunciados.

É também a partir de uma estreita identificação entre os princípios teóricos de Bréal e os fundamentos propostos por Benveniste[4](1989), que podemos destacar que este último passa a definir a conversão da língua em discurso pelo viés da enunciação. Ou seja, para Benveniste (1989:82) o ato de colocar a língua em funcionamento, a relação que o locutor mantém com a língua é que atualiza os sentidos desta e determina os caracteres da enunciação.

Assim, se à semelhança de Bréal, em Benveniste a enunciação pode ser configurada a partir dos caracteres formais da língua, mas como um quadro que "introduz aquele que fala em sua fala", cabe salientar que o último acrescenta também um novo aspecto ao que ele designa como "modalidades de atualização individual da língua", na medida em que, ao opor determinadas categorias que têm suas significações atadas ao aparelho formal da língua, a categorias ditas "discretas" ou tomadas como expressões desprovidas tanto de sentido como de força ilocutória fora de uma instância de enunciação, Benveniste coloca em relevância o papel da dêixis, e, portanto, da exterioridade no funcionamento do que ele denomina de discurso. Cabe salientar que tais modalidades discretas, identificadas sobretudo através de advérbios e pronomes, apresentam uma singularidade de tratamento, já que é a própria condição de enunciação que promove a existência dos signos dêiticos, deslocando seus sentidos do "centro" da língua para determina-los a partir da própria condição de se enunciar; ou seja, trata-se de uma inversão de papéis, onde o sentido é deslocado do âmbito da língua para adquirir valor somente através da enunciação e na instância em que esta se produz. Neste quadro teórico, o "ego" torna-se o eixo central do processo, na medida em que instaura tanto o outro, como o aqui-agora que servem de referência à semantização do que é enunciado.

---

[3] Reportamo-nos ao texto original, publicado em francês, sob o título 'Essai de sémantique: science des significations cuja tradução foi apresentada pela Editora Pontes em 1992.

Encontramos, aqui, portanto, algumas características fundamentais que nos auxiliam a delimitar as identidades próprias do objeto texto no interior da Lingüística do Texto ou da Análise do Discurso de linha anglo-saxônica, proposta em Halliday, e deste objeto no interior da Teoria da Enunciação.

A primeira, pode ser identificada a partir das relações entre sujeito e linguagem. Enquanto na Lingüística do Texto não há espaço para se pensar a subjetividade como sendo constitutiva da linguagem, uma vez que o próprio componente pragmático se encarrega de "dividir" o que está dentro ou fora da língua, na Teoria da Enunciação não há como pensar o funcionamento da linguagem fora de uma relação constitutiva, onde a subjetividade comparece para determinar as condições em que o trabalho semântico da linguagem é produzido.

Uma outra característica consiste na relevância atribuída aos elementos dêiticos que, embora saibamos, não se instituem com a Teoria da Enunciação[4], saõ apresentados como índices puramente enunciativos, isto é, somente qualificados, em termos de significação, em relação às instâncias enunciativas em que se produzem. Na Teoria da Enunciação, portanto, a subjetividade já é constitutiva do modo de funcionamento da dêixis. Na Lingüística do Texto, por outro lado, os elementos dêiticos ou exofóricos também exercem um papel importante, mas estão ligados à busca de um contexto genérico externo, já que a organização endofórica do texto não pode responder pelo entorno situacional de produção deste.

Uma terceira via, através da qual podemos nos aproximar da relação texto-discurso pode ser identificada como tendo suas raízes nas bases da filosofia marxista, com Bakhtin (1929)[5], e nas releituras marxista-leninista e foucaultiana de linguagem e discurso que alicerçam a concepção teórica de Michel Pêcheux.

Iniciemos a reflexão sobre esta terceira via com as palavras de Pêcheux acerca das concepções de Bakhtin/Volochinov:
Língua, ideologias e discurso[6]: nem Marx, nem Lênin ou nenhum dos chamados "clássicos do marxismo" produziu um estudo politicamente organizado sobre este tema. Os pensadores políticos do marxismo-leninismo restringiram-se, a este respeito, a observações de ordem muito geral, de modo que desde Volochinov até nossos dias, pode-se dizer que esta questão foi e segue sendo coisa de universitários progressistas... (1980:181)

Pois bem, a razão deste prólogo tem como objetivo colocar em perspectiva o fato de que o que estamos denominando de terceira via é uma concepção discursiva que, sob o aspecto da Filosofia da Linguagem, inaugura-se com Bakhtin/Volochinov. A começar pela concepção de língua como um corpo material de um corpo social que é fundamental para determinar o

---

[4] Fazemos referência ao fato de que a questão da dêixis já aparece contemplada nos estudos realizados pela Gramática de Port Royal (1688), onde os pronomes, sobretudo, são caracterizados por diferir dos nomes em relação ao modo de significar.
[5] Reportamo-nos ao momento de produção de 'Marxismo e Filosofia da Linguagem.'
[6] A passagem acima abre a Conferência "Remontémonos de Foucault a Spinoza" traduzida e publicada em 'El discurso político.México, Ed. Nueva Imagem, 1980.

modo de inscrição do sujeito em uma ordem simbólica, Bakhtin reúne língua e exterioridade, de modo dialético, para caracterizar a condição do ideológico. Ou seja, para Bakhtin a ideologia se dota dos signos e das práticas sociais, os quais se inscrevem em uma ordem histórico-simbólica, e, a partir desta última, refletem/refratam a ordem do real. Por esta via, então, se o signo não é constitutivamente ideológico como matéria, sem ele não há ideologia.

De outro lado, é preciso salientar também que, ao desvincular a dependência dos estudos das ideologias do campo da Psicologia Social, como faz em "O Freudismo" (2001), Bakhtin aproxima-se de uma concepção marxista-leninista de ideologia[7], na qual este desfaz a oposição entre ciência/ideologia para reintegrar a última nos domínios da ciência marxista de feição soviética, conferindo à ideologia o papel de dar sustentação à ciência das formações sociais, para explicar os meios e os fins que regem as condições de produção de saberes e práticas burguesas e proletárias.

Por fim, cabe destacar o papel central da função responsiva que Bakhtin atribui à enunciação, de tal modo que todo dizer responde à palavra do outro, quer ratificando, reformulando, retificando o sentido do dito. E é sob este prisma, a partir do qual Bakhtin investiga as não-coincidências entre as estruturas dos enunciados e os sentidos da enunciação, que ele introduz, no campo da filosofia da linguagem, as bases para tratar dos processos de dispersão do sujeito e dos sentidos. Pensar o processo de textualização a partir dos pressupostos bakhtinianos, portanto, pressupõe a inscrição de uma relação dialógica no texto, isto é, uma função responsiva que incorpora o dizer de um no dizer de outro, considerando, sobretudo, o fato de que esta relação dialógica não está necessariamente marcada ou mostada nas estruturas do texto, podendo reportar-se a enunciados exteriores e anteriores a este, dispersos no espaço e no tempo.

Com os estudos de Michel Pêcheux (1975) podemos caracterizar um percurso de aprofundamento do que estamos, aqui, designando de terceira via: isto é, a consolidação de uma teoria de discurso embasada em pressupostos marxistas como o materialismo histórico, que extrapola e, ao mesmo tempo, questiona a dimensão da diacronia como um eixo de sucessividades lineares, e o materialismo dialético, que rompendo com pressupostos da lógica aristotélica, recoloca , no centro das questões semânticas, o espaço da categoria da contradição.

De Michel Foucault (2000), Pêcheux toma a noção de formação discursiva e o princípio da dispersão[8] para reconfigurá-los à luz de seu entendimento acerca da Análise do Discurso.

---

[7] Fazemos referência a um estudo leninista sobre o reflexo publicado em 'Obras escolhidas', no qual Lênin defende que as ideologias têm materialidade concreta. Para ele, a capacidade humana de representar a ordem do real está comprometida com as condições de produção e de transformação dessa materialidade. Não há intervenção direta e objetiva entre os objetos e o mundo. A ordem do real é determinada tanto pelas condições históricas de produção do modo de existência dos sujeitos, como pelo modo através do qual a eles é facultada a reflexão sobre as relações que os sujeitos mantêm e os papéis que cumprem nas relações de produção.

[8] Cabe lembrar que o princípio de dispersão já aparece, inicialmente, formulado em 'A Ordem do Discurso' (1996) como um dispositivo que regula as condições de funcionamento da discursividade. Ou seja, como os discursos funcionam em virtude de suas condições de aparecimento, nas contingências em que se produzem, não possuem fronteiras pré-figuradas, mas , ao contrário, precisam ser investigados como práticas "descontínuas" sujeitas à

Para tratar da noção de Formação discursiva, Pêcheux estabelece um vínculo entre ideologia e discurso, mas conferindo à noção de ideologia uma materialidade que encontra seus alicerces nas noção de Formação ideológica, proposta por Althusser (1999) e que vem a dar sustentação às condições de existência da Formação discursiva; isto é, para Pêcheux (1988), as Fds., enquanto universos que comportam domínios de saberes próprios, encontram sua ancoragem nas formas de organização institucionais superestruturais e infraestruturais, bem como nos conjuntos de saberes e nas práticas sociais que referendam os interesses e as conjunturas institucionais.

Concebendo, assim, o discurso como um dos aspectos da materialidade ideológica (1975:233), Pêcheux acolhe a noção de formação discursiva como uma categoria teórica e simultaneamente analítica, interligada à noção de formação ideológica e, ao mesmo tempo, às condições históricas em que são produzidas as práticas e os saberes suscetíveis à caracterização dos lugares que os sujeitos ocupam nas relações de produção e das posições com as quais se identificam. Assim, desde esta ótica, para Pêcheux, o sujeito não é nem individual, nem universal, no sentido da lógica abstrata, mas "capturado" pelo lugar social que ocupa nas relações de produção e pelas determinações históricas que o simbolizam. Por outro lado, o reconhecimento dos lugares enunciativos, através dos quais ele se representa, se dá tanto a partir de determinações históricas, como das contingências que o afetam, intervindo, portanto, no modo de produção/reprodução/transformação de seus sentidos.

Em relação ao princípio da dispersão, tomado de Foucault (2000), é precisamente este conceito que está situado no centro da definição de discurso em AD.Ao definir a noção de objeto discursivo como um "campo permeável", cujo interior comporta a afluência de diferentes saberes, Pêcheux configura o discurso como um e espaço de dispersão do sujeito e dos sentidos, perceptíveis através do modo como as relações de aliança, contradição, antagonismo são formuladas nos processos discursivos.

Desde esta ótica, podemos afirmar que o discurso, ainda que apresentado sob uma aparência de unidade, singularidade, comporta em seu interior a presença de diferentes Fds e, portanto, de domínios de saberes que correspondem aos interesses ideológicos das formas-sujeito que estão em jogo na constituição na constituição desse campo de "permeabilidades".

Pensar, assim, o modo como são realizados procedimentos analíticos no objeto discursivo, em AD, implica investigar: a) as condições de formação desses saberes no interior das Fds, isto é, como tais saberes são sedimentados a fim de caracterizar o processo identitário da forma-sujeito; b) as condições em que tais saberes emergem nos processos discursivos, a partir das contingências históricas em que estes se produzem; c) o modo como a base lingüística, situada no nível das formulações ou no intradiscurso, oferece pistas concretas para que possamos caracterizar a heterogeneidade discursiva através da dispersão de domínios de saberes e de posições de sujeito que convivem, em uma relação transversa, no objeto discursivo.É, pois, ao formular o princípio da heterogeneidade discursiva como uma concepção que descola o discurso, tanto como objeto teórico ou empírico, da condição de

---

rarefação, a cruzamentos e também a condições de possibilidade. Posteriormente, é apresentado em 'Arqueologia do Saber (2000) como

ser estável, ou ainda de estar sujeito a um método homogêneo de análise que Pêcheux se afasta das concepções positivistas dominantes nos estudos lingüísticos. E segundo nosso ponto de vista, esta vem a ser uma das características fundamentais que delimitam as fronteiras entre uma concepção de discurso embasada em pressupostos da filosofia da Práxis e concepções empiristas ou "objetivistas" de discurso.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para finalizar esta reflexão, ainda que de forma provisória, poderíamos nos perguntar. O que fazer? Trata-se de eleger uma teoria em detrimento de outra ou de pensar sobre as possibilidades analíticas que cada uma oferece? Ao buscarmos delimitar as especificidades que configuram os domínios de cada uma das teorias abordadas, nossa proposta consistiu em caracterizar os princípios que regulam tanto os aspectos teóricos como os aspectos analíticos de cada teoria, visando, assim, a elucidar alguns pontos de convergência, mas também aspectos de difração entre elas. Deste modo, segundo nossa ótica, não se trata de privilegiar determinados pressupostos que alicerçam esta ou aquela concepção de textualidade, de discurso, mas, de analisar o alcance e os limites destas teorias, em termos das categorias analíticas a serem mobilizadas para fins de análise, o tipo de corpus que nos propomos a investigar e a complexidade que este apresenta, e, sobretudo, os objetivos a serem alcançados por um determinado processo de investigação. Para que as escolhas sejam feitas, portanto, torna-se fundamental o conhecimento do arcabouço teórico que sustenta as diferentes concepções de textualidade, a fim de que o pesquisador tenha a convicção de que o percurso teórico escolhido é realmente aquele que melhor responde, na proporção dos limites das teorias, às suas expectativas, fornecendo, ao mesmo tempo, os dispositivos que ele entende serem fundamentais para desencadear um processo de investigação textual.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHUSSER, L. Sobre a reprodução. Rio de Janeiro, Ed. Vozes, 1999.
ARNAULD, A, LANCELOT, C. Gramática de Port-Royal. São Paulo, Ed. Martins Fontes, 1992.
BAKHTIN, Mikhail. Marxismo e filosofia da linguagem. São Paulo, Ed. Hucitec, 1986.
_____. O freudismo. São Paulo, Ed. Perspectiva, 2001.
BENVENISTE, Émile. Problemas de lingüística geral I. Campinas, Ed. Pontes, 1995.
BRÉAL, Michel. Ensaio de semântica. Campinas, Ed. Pontes, 1992.
_____ O freudismo. São Paulo, Ed. Perspectiva, 2001.
CHAROLLES, Michel.Introdução aos problemas da coerência dos textos. In: O texto: leitura e escrita. GALVES, Charlotte (org.), Campinas, Ed. Pontes, 1988.
FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso. São Paulo, Ed. Loyola, 1996.
_____ Arqueologia do saber. Rio de Janeiro, Ed. Forense Univ, 2000.
KOCH, Ingedore V. FAVERO, Leonor L. Lingüística textual. São Paulo, Ed. Cortez, 1983.
LÊNIN, V. I. Obras escolhidas.São Paulo, Ed. Alfa-Ômega, 1986.

HALLIDAY M.A.K, HASAN, R. Cohesion in english. London, Longman Ed., 1976.
PÊCHEUX, Michel. Hacia el análisis automatico del discurso. Madrid. Ed. Gredos, 1975.

_____. Remontemonos de Foucault a Spinoza. In: El discurso politico. Mexico, Ed. Nueva Imagem, 1980.
_____. Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas, Ed. da Unicamp, 1988.
ZANDWAIS, Ana. A noção de dêixis: da lógica formal às teorias enunciativas. In: Nonada. Porto Alegre, Ed. Faculdades Integradas do Instituto Ritter dos Reis, vol.2, 1999, p.77-88.